

2. A criatividade e a construção do sentido de realidade

Winnicott (1975) compreende a criatividade como um processo que idealmente se inicia nos primórdios da vida e se estende (ou não) por toda existência. É um “impulso inato que se dirige à saúde” (Abram, 2000:84). Para que o impulso criativo possa ganhar vida, é necessário que o meio, no início representado pela mãe, possibilite condições adequadas. Se assim for, a criatividade permitirá ao sujeito manter uma ligação de enriquecimento com o mundo externo, ao invés de implicar em submissão e perda de espontaneidade.

A criatividade diz respeito à maneira como se percebe e experimenta o mundo, ou melhor, à possibilidade que se tem de tirar proveito das experiências, sejam elas prazerosas ou desprazerosas. Ela cria uma área de intercessão entre os mundos interno e externo, e permite que o sujeito não só possa contribuir com a realidade, como possibilita que a realidade contribua com o sujeito. Assim, ao mesmo tempo em que o sujeito vai se constituindo e se transformando nas experiências com o meio – o que remete à infinita possibilidade humana de mudança e amadurecimento – também o meio vai sendo percebido e ganhando exterioridade, sendo alterado por tais experiências.

Winnicott aproxima o viver criativo à saúde psíquica, e o relaciona a um complexo processo de maturação emocional. Para ele, self e realidade constituem-se simultaneamente no decorrer deste processo que, idealmente, encontra na criatividade um de seus fundamentos. É a criatividade que possibilita ao sujeito entrar em contato com a realidade sem sentir-se à ela subordinado ou dela dependente, ao contrário, inicialmente ela é tida pelo sujeito como uma criação sua. Paulatinamente, com a originalidade da experiência criativa, se fortalece no sujeito o sentimento de existir, de ser si mesmo, sendo a criatividade o que o faz acreditar na vida, sentir que ela vale à pena. Deste modo, a criatividade permite ao sujeito firmar sua subjetividade, construindo uma visão e forma próprias de experienciar o mundo externo e poder investi-lo.

É a adequação do ambiente às necessidades singulares do bebê o que possibilita o processo maturacional e a experiência de criatividade primária, a qual, vivida por um tempo suficiente, constitui-se como fundamento para uma vida criativa. De início, o meio deve prover ao bebê um suficiente suporte egóico

e fornecer-lhe uma apresentação paulatina da realidade, de modo que ele possa iniciar a vida de maneira criativa, isto é, sentindo-se o próprio criador do mundo, e não percebendo-se dependente de um mundo que lhe é externo e fora de controle. Sendo assim, a experiência criativa resulta de uma determinada confluência entre fatores inatos e ambientais e, portanto, ela não pode se dar sem uma suficiente participação e fomento da realidade.

O que queremos ressaltar é a efetiva importância que Winnicott confere ao meio na utilização do potencial criativo, criatividade esta intimamente relacionada ao processo de maturação emocional e às formas como cada um experimenta e percebe a realidade. Deste modo, para que se possa compreender a concepção winnicottiana de criatividade é necessário, antes, elucidar as condições ambientais que tornam a experiência criativa possível.

2.1.

O solo necessário à experiência criativa: a importância do meio para o desenvolvimento emocional primitivo

A teoria winnicottiana sobre a criatividade gira em torno dos primórdios da constituição psíquica. É a partir da relação mãe-bebê que Winnicott fundamenta sua compreensão sobre os processos de subjetivação e sobre as formas de relacionamento entre o sujeito e o mundo. Para ele, a mãe – primeira representante do meio – tem um papel fundamental neste processo de constituição, devendo, no início, ser capaz de adaptar-se ao bebê e prestar-lhe um auxílio egóico. Tal adaptação diminui à medida que o bebê desenvolve suas próprias capacidades egóicas e atinge algum grau de maturidade, passando a interagir cada vez mais com o ambiente.

De maneira geral, pode-se dizer que Winnicott (1963) compreende o desenvolvimento emocional como a passagem de um estado de dependência absoluta rumo à independência, a partir do que, gradativamente, a separação entre o eu e o não-eu se efetua, sendo que o meio tem importância vital em todo o processo. Em outras palavras, para ele, há um processo a ser percorrido pelo bebê até que ele possa reconhecer a si e ao mundo enquanto entidades separadas, ou seja, reconhecer a si como eu e ao mundo como não-eu, sendo que este processo ocorre mediante a adequação do ambiente às necessidades particulares do bebê. Assim, o bebê nasce num estado de não integração que, paulatinamente, dá lugar

à integração e à emergência de um sentimento de self, de ser subjetivo. No início, é a vivência de indistinção com a mãe o que confere ao bebê o sentimento de ser, de existir, posto que o bebê só existe através dela e em união a ela. Com isto Winnicott salienta que a relação fusional mãe-bebê precede e constitui o fundamento para o processo de integração egóica do bebê, para o processo que poderá levá-lo a sentir-se como um ser autônomo, que existe em si mesmo.

“...se vocês me mostrarem um bebê, mostrarão também, com certeza, alguém cuidando desse bebê, ou ao menos um carrinho ao qual estão grudados os olhos e ouvidos de alguém. O que vemos, então, é a dupla ‘amamentante’. (...) a unidade não é o indivíduo, a unidade é o contexto ambiente-indivíduo. O centro de gravidade do ser não surge no indivíduo. Ele se encontra na situação global. Através do cuidado suficientemente bom, através das técnicas de sustentação e do manejo geral, a casca passa a ser gradualmente conquistada, e o cerne (que até então nos dava a impressão de ser um bebê humano) pode começar a tornar-se um indivíduo.” (Winnicott,2000[1952]:165-66)

O estado de dependência absoluta refere-se a este primeiro momento do processo de constituição subjetiva de indistinção, em que o bebê encontra-se absolutamente dependente dos cuidados maternos. Neste momento, a mãe é fundamental não apenas para a conservação da vida do bebê em termos biológicos, mas como continente necessário ao processo maturacional dele. Embora o bebê seja totalmente dependente dos cuidados ambientais neste início, ele não percebe, não tem consciência desta sua dependência. Isto porque, como dito, o bebê nasce num estado de indiferenciação em relação ao meio, sendo que, se a mãe puder adaptar-se a ele e suprir suas necessidades, ele poderá construir a ilusão de que é ele quem cria o mundo, e não ver-se dependente de um mundo que lhe é externo e fora de controle. Deste modo, neste primeiro momento, o bebê vive uma experiência de onipotência e não de dependência.

Assim, a tarefa inicial do meio seria facilitar, ou mesmo ativar, o potencial de maturação que a criança carrega (1983[1963]:81). Porém, embora isto possa levar a um entendimento desenvolvimentista ou essencialista do tema em Winnicott, vale lembrar que o meio não só permite que tais processos se desenvolvam, como também, principalmente, participa ativamente deles. Ou seja, a subjetividade é resultante de uma combinação de fatores inatos e ambientais, não se podendo dizer que há maior influência de um ou de outro. Khan (2000)

salienta isto, dizendo que Winnicott “esteve entre os primeiros analistas a apontar este fato óbvio de que a mãe ama, aprecia e *cria* o seu bebê” (Khan,2000:40). Para ele, é isto o que paradoxo winnicottiano, em que é o ambiente que permite que o self do bebê se torne viável, quer dizer.

Maciel (2003) parece partilhar desta leitura, ressaltando que o que Winnicott chama de centro do self só passa a existir num processo de troca, de interação com o ambiente – mesmo que o bebê não perceba isto, ou seja, mesmo que haja uma indiferenciação entre ele e o meio de seu ponto de vista. Justamente por tratar-se de um processo de troca, este é potencialmente transformador. Neste sentido, Maciel acredita que a teoria winnicottiana sobre o processo maturacional “não filia Winnicott a uma concepção essencialista” (Maciel,2003:16). Coloca que é possível encontrar em Winnicott duas concepções acerca de sua compreensão sobre o self: numa o self se desenvolve a partir de seu centro, ou seja, há uma espécie de núcleo do self que tende a desenvolver-se, tendo o meio apenas o papel de facilitar que a criança concretize tal desenvolvimento; na outra, o self não existe desde sempre, e seria o resultado de um processo de interação com o meio. Maciel bem sintetiza e une estas duas concepções winnicottianas da seguinte forma: “o self é inicialmente um potencial (...) que só passa a existir efetivamente num processo” (Maciel,2003:116). Assim, ressalta que o self, embora potencial, só emerge a partir da relação com o ambiente e, portanto, também se transforma. De acordo com esta leitura, da qual partilhamos, o ambiente não apenas possibilita a realização de algo inato, presente no bebê em potencial, mas participa de forma concreta na experimentação deste seu potencial. Deste modo, ao falar em potencial, Winnicott não parece referir-se à algo estanque ou de essência pré-determinada, mas à algo que se modifica e se constrói na relação.

Em suma, acreditamos que a teoria winnicottiana trata, justamente, desta indissociabilidade entre o interno e o externo, deste caráter de mútua influência de um sobre o outro, sendo a partir deste intercâmbio, presente desde sempre, que o self vai se constituindo e se transformando, assim como a realidade, num processo contínuo.

Mas então, o que seria este adaptar-se da mãe ao bebê? Winnicott (1956a) postula que, no início, a mãe saudável entra num estado de preocupação e devoção ao seu bebê, de modo que pode identificar-se com ele e, assim, atender

suas necessidades da melhor forma. Neste estágio, denominado preocupação materna primária, também a mãe desenvolve grande dependência do bebê, sentindo-o como parte de si mesma. Para Winnicott, é a partir desta forte identificação inicial que a mãe consegue captar quais são as necessidades do bebê, podendo prover-lhe o necessário.

Winnicott (1956a) descreve a preocupação materna primária como um estado psicológico peculiar que ocorre especialmente ao final da gravidez e durante as primeiras semanas posteriores ao parto. Neste período a mãe adquire uma capacidade particular de se sensibilizar e de se identificar com as necessidades do bebê, propiciando-lhe um ambiente adequado para seu processo de constituição. O estado de preocupação materna primária corresponde ao estágio de dependência absoluta do início da vida do bebê, sendo o que permite a mãe dedicar-se e atender as necessidades vitais dele. Somente se houver esta necessária adaptação materna, o bebê poderá ter o sentimento de continuidade existencial. Assim, tal estado diz respeito tanto ao vínculo físico entre mãe e bebê, quanto à possibilidade materna de dispor-se como um ego auxiliar, posto a fragilidade do ego incipiente do bebê (1983[1962]:59). A preocupação materna primária se faria mais intensa imediatamente após o parto e tenderia a diminuir, pouco a pouco, com o crescimento da criança.

“A mãe que desenvolve esse estado ao qual chamei de ‘preocupação materna primária’ fornece um contexto para que a constituição da criança comece a se manifestar, para que as tendências ao desenvolvimento comecem a desdobrar-se, e para que o bebê comece a experimentar movimentos espontâneos e se torne dono das sensações correspondentes a essa etapa inicial da vida.” (Winnicott,2000[1956]:403)

Como dito, é através de uma intensa identificação com o bebê que a mãe ingressa nesse estado de devoção e preocupação, formando com ele uma unidade. Winnicott (1956a) compara este estado materno a um episódio esquizóide. Tal comparação se deve à intensidade de algumas de suas características, como a alienação e o retraimento em relação ao mundo externo. Porém é justamente este retraimento que possibilita à mãe ter disponibilidade suficiente para identificar e atender as necessidades do bebê, oferecendo-lhe o esperado suporte para o processo de integração egóica. É neste sentido que Winnicott afirma: “isso que chamam de bebê não existe” (2000[1949]:156), uma vez que neste início mãe e

bebê formam uma unidade, sendo o que lhe confere o sentimento de continuidade existencial.

Lembremos que para que o bebê possa ter o sentimento de existir enquanto entidade separada é preciso antes, justamente, que ele tenha tido o sentimento de continuidade de ser, em que existe através do ambiente e em união a ele. Em Winnicott (1967b) a continuidade precede e constitui o fundamento para a contigüidade, ou seja, para que possa haver um relacionamento entre duas pessoas separadas, é preciso a vivência e o alicerce na experiência de indistinção primária. Em outras palavras, é a relação fusional, possibilitada pela fina sintonia materna, que, paradoxalmente, permite ao bebê ingressar no processo de separação e integração egóica, em que o mundo poderá ser percebido enquanto externo. Assim, se houver o sentimento de continuidade do ser, o bebê passa a ter experiências que gradativamente são percebidas como sua, em separado do ambiente (1999[1967a]:5).

Em suma, no início não haveria, por parte do bebê, uma percepção objetiva do ambiente, tudo estaria sob seu controle onipotente, sendo concebido subjetivamente. Perceber o mundo como não-eu é uma aquisição, faz parte do processo de desenvolvimento e integração do self. É essencial para a saúde emocional que a mãe possa possibilitar ao bebê tal experiência de não integração primária e, assim, o sentimento de continuidade do ser, pois é nesta base que a criatividade pode ganhar vida. Caso contrário, se a mãe falhar em prover ao bebê os cuidados necessários, o mundo poderá ser sentido por ele como algo invasivo, ao que ele teria que reagir. As reações às invasões interrompem o sentimento de continuidade do ser e, quando freqüentes, configuram organizações defensivas precocemente e impedem a experiência criativa.

Deste modo, trata-se de não interromper a continuidade existencial do bebê com invasões, de proporcionar o holding, acolhê-lo, de modo que o bebê sinta o meio como uma verdadeira extensão sua, podendo ser espontâneo e não reativo. Com isto, queremos frisar a necessidade do suporte ambiental para o sentimento de continuar a ser, fundamental à experiência criativa.

“Para ser criativa, uma pessoa tem que existir, e ter um sentimento de existência, não na forma de uma percepção consciente, mas como posição básica a partir da qual operar” (Winnicott,1999[1970]: 23)

Assim, é o sentimento de continuar a ser, possibilitado pela adequação do meio, que abre caminho para a criatividade, ao permitir ao bebê o relaxamento e sua expressão espontânea. Neste caso o ambiente não se impõe, permitindo ao bebê descobri-lo através de sua motilidade. Daí por diante as experiências ganham um crescente colorido pessoal e paulatinamente são integradas à personalidade. Deste modo, para Winnicott, a integração surge naturalmente como um processo que, porém, deve ter como alicerce a experiência de não integração, ou melhor, de indistinção.

Dando prosseguimento ao processo maturacional necessário ao bebê, algumas semanas depois do parto, a mãe passa a emergir do estado de preocupação materna primária. Ou seja, ela começa a identificar-se menos ao bebê, a retomar em algum grau sua própria independência, instaurando a falha. Tal falha é fundamental à integração egóica do bebê, pois é a partir dela que o bebê começa a formar certa percepção da realidade externa. Ao falhar a mãe possibilita ao bebê defrontar-se com o não-eu, ou melhor, perceber que o mundo não está sob seu controle onipotente e que, portanto, há algo que lhe é externo, diferente de si: “uma vez que o exterior significa não-eu, então o interior significa eu” (Winnicott,1983[1963]:86).

Este segundo estágio Winnicott (1963) denominou de dependência relativa, e refere-se tanto à diminuição do grau de adaptação materna ao bebê, quanto à diminuição da dependência do bebê em relação à função de ego auxiliar de sua mãe. Neste momento inicia-se o processo de separação do par mãe-bebê, ou melhor, passam do estado em que formavam uma unidade, ao de existirem separadamente. É importante que, durante este período, a mãe saiba dosar a apresentação da realidade, ou seja, a frustração deve ser gradual, de acordo com a possibilidade do bebê de tolerar e elaborar a nova realidade.

Deste modo, com o passar do tempo e das experiências vividas, vai se dando a integração, isto é, a criança começa a perceber-se enquanto unidade, a criar uma identidade própria e a formar uma percepção objetiva da realidade. Porém, vale dizer, este processo de aceitação e elaboração da realidade nunca é concluído, e o mundo é constantemente significado e resignificado, num permanente intercâmbio criativo (Winnicott,1975[1971d]).

O terceiro estágio, rumo à independência, seria então a possibilidade da criança viver uma existência pessoal, de poder experimentar a vida de modo singular, ao mesmo tempo em que se enriquece com as experiências. Isto quer dizer que a criança adquire meios para lidar com suas necessidades pessoais de forma mais independente dos cuidados providos pelo ambiente. É importante frisar que Winnicott não fala em independência, mas em *rumo* à independência, o que denota que a independência nunca é de fato alcançada, pois nos constituímos e permanecemos sempre em relação com o outro e, portanto, nunca estamos livres do processo de crescimento e maturação emocional. Dito de outro modo, embora postule gradações diferentes, para Winnicott a dependência é um fator necessário à vida em sociedade, sendo que “seria nocivo para a saúde o fato de um indivíduo ficar isolado a ponto de se sentir independente e invulnerável” (1999[1967a]:3). Assim, o termo rumo à independência carrega o sentido social intrínseco, uma vez que é através da inserção social, da possibilidade de se investir em relações objetais, que os sujeitos se constituem, ao mesmo tempo em que alteram o entorno, num contínuo e primordial interjogo.

“A independência nunca é absoluta. O indivíduo normal não se torna isolado, mas se torna relacionado ao ambiente de um modo que se pode dizer serem o indivíduo e o ambiente interdependentes.” (Winnicott,1983[1963]:80)

Em suma, pode-se dizer que o mundo interno e o externo não perdem nunca esta relação de dependência e, paradoxalmente, de separação. Este é o ponto central da teoria winnicottiana, sendo aqui também que reside o cerne da problemática que envolve o conceito de criatividade. Isto porque é a criatividade que possibilita ao sujeito fazer esta interligação entre o interno e o externo, entre si e o mundo de forma construtiva para ambos.

Antes, ainda, de passarmos ao conceito de criatividade mais especificamente, é necessário expormos o conceito de mãe suficientemente boa. Isso porque, como dito, a criatividade, embora potencial, surge mediante um contexto facilitador. Assim, com os conceitos de preocupação materna primária e o de mãe suficientemente boa, pretendemos mapear o solo necessário que subjaz o processo de maturação emocional e a experiência criativa – como veremos adiante.

Winnicott define a mãe suficientemente boa como aquela capaz de atender as necessidades egóicas do bebê, o que inclui tanto sua necessidade de viver a experiência inicial de fusão – o que só é possível mediante a disponibilidade e adequação materna –, como também sua necessidade de integração e separação do self, sendo a sintonia e amparo do meio, do mesmo modo, imprescindíveis a este caminhar rumo à independência. Neste sentido, a expressão mãe suficientemente boa inclui tanto uma conciliação quase perfeita entre disponibilidade materna e necessidade do bebê – relativa ao momento de preocupação materna primária – quanto à possibilidade de introduzir, paulatinamente, a falha necessária ao processo maturacional dele.

“A mãe suficientemente boa, como afirmei, começa com uma adaptação quase completa às necessidades de seu bebê, e, na medida em que o tempo passa, adapta-se cada vez menos completamente, de modo gradativo, segundo a crescente capacidade do bebê em lidar com o fracasso dela. (...) *Se tudo corre bem*, o bebê pode, na realidade, vir a lucrar com a experiência da frustração, já que a adaptação incompleta à necessidade torna reais os objetos, o que equivale a dizer tão odiados quanto amados.” (Winnicott,1975[1971d]:25)

Assim, a mãe que, num primeiro momento, pôde adaptar-se à total dependência de seu bebê, passa a diminuir o grau de adaptação. Como dito, a falha materna interroga a onipotência infantil e abre espaço para a aceitação da realidade enquanto externa, diferenciada (1975[1971c]:149). Assim introduzida, a frustração possibilita uma nova dinâmica psíquica em que alguma diferenciação entre o eu e o não-eu começa a aparecer.

Deste modo, a mãe suficientemente boa é aquela capaz não apenas de formar, de início, uma unidade com seu bebê, mas de poder também, gradativamente, distanciar-se dele, possibilitando sua integração e o desenvolvimento de um sentimento de self, de ser singular (Abram,2000[1996]:104). Trata-se, portanto, de uma adaptação estrita às necessidades maturacionais do bebê, sendo a falha – em adequação e na medida correspondente às necessidades circunstanciais dele –, imprescindível a seu processo de integração.

“A consequência disso é que, *se tudo corre bem*, o bebê pode ser perturbado por uma adaptação estrita à necessidade que é continuada

durante muito tempo, sem que lhe seja permitida sua diminuição natural, de uma vez que a adaptação exata se assemelha à magia, e o objeto que se comporta perfeitamente não se torna melhor do que uma alucinação”. (Winnicott,1975[1971d]:25)

Neste ponto uma ressalva deve ser feita. A falha materna assim introduzida não representa a falha que interromperia a continuidade do ser do bebê – vivida por ele como intrusão. A falha citada corresponde à necessidade do bebê de diferenciar-se e de começar a ter uma existência sentida como própria, em outras palavras, certa independência. Neste sentido, a boa falha, digamos assim, é uma forma de adaptação, a adaptação à necessidade de integração do bebê. Assim, como indicado por Winnicott no fragmento acima, a mãe que não pode operar a falha também prejudica o desenvolvimento do bebê, uma vez que permanece fundida a ele, o que dificulta, ou mesmo impede, seu processo maturacional. Em suma, tanto a “ausência” de falha, como uma falha abrupta ou demasiada intensa não correspondem à falha necessária postulada por Winnicott, a qual impulsiona o sujeito para construir o sentimento de ser si mesmo, de sentir-se singular, e poder se relacionar com objetos externos.

Podemos, então, dizer que para Winnicott o meio, sendo suficientemente bom, não só possibilita a atualização do potencial inato de desenvolvimento como também, principalmente, participa ativamente do processo de constituição subjetiva, sendo imprescindível para que o impulso criativo possa ser experienciado. Vale ressaltar que este suporte, no início sustentado pela mãe, diz respeito a certas qualidades necessárias ao ambiente suficientemente bom, como a fidedignidade, o respeito e a adequação ao ritmo e à singularidade do ser, pois é a partir disto que a experiência criativa pode se dar. Ou seja, é através de um meio suficientemente bom que pode haver um intercâmbio entre o ambiente e o sujeito proveitoso tanto à própria experiência subjetiva, quanto ao ambiente, que também se enriquece com a originalidade e a saúde psíquica de seus componentes. Por conseguinte, no caso de um fracasso ambiental, não somente o indivíduo sai perdendo, como o próprio grupo social (Winnicott,1975[1968]:190).

Uma vez mapeada a configuração ideal, o solo necessário, para um bom desenvolvimento emocional e, assim, para a experiência criativa, passamos ao conceito de criatividade.

2.2. O conceito de criatividade em Winnicott

Winnicott (1970) postula a criatividade como essencial ao ser humano, como uma necessidade universal, sendo o que nos possibilita dotar a vida de valor, investi-la, sentindo que ela vale à pena. Para ele, ser criativo não diz respeito a nenhum talento específico, mas à própria condição de ser, e, conseqüentemente, ao que é gerado a partir disto. O interesse central de Winnicott sobre o tema da criatividade não reside na originalidade da experiência, mas na sensação de realidade, de existir como si mesmo, que dela provém (1990[1988]:130). Deste modo, ele diferencia a criatividade primária da criação artística, pois esta última está subordinada a um talento especial, e não ao caráter necessário e universal da criatividade humana.

Através de um meio suficientemente bom, a criatividade pode ser experienciada de modo a fazer parte do processo de separação eu-não-eu e da construção do sentido de realidade, permitindo que o sujeito experiencie este processo de forma espontânea, e não como uma afronta à qual teria que defender-se e reagir. Em outras palavras, a criatividade tem papel fundamental no processo de integração egóica e de maturação emocional, pois é ela que permite que o sujeito entre em contato com a realidade de modo que possa ser empreendida uma relação de troca e de crescimento, e não de submissão e retraimento.

Para Winnicott (1975) a criatividade funda-se na experiência de ilusão onipotente que a mãe suficientemente boa é capaz de proporcionar ao seu bebê. É através desta experiência ilusória que se poderá dar início a um vínculo criativo entre o sujeito e o mundo. Nesta primeira atividade criativa, o bebê tem a ilusão de criar o que, de fato, existe na realidade. Deste modo, o bebê experimenta a onipotência, a sensação de ter o mundo sob seu controle. A esta afirmativa segue a seguinte indagação: como ser criativo, criar algo, que é dado pela realidade externa? Ou melhor, como é possível criar algo que já existe? Com este paradoxo, apesar de postular a criatividade como uma potência inata, Winnicott chama a atenção para o fato de que é o meio que possibilita (ou não) sua fruição. Ou seja, é apenas mediante a apresentação real do objeto que o bebê poderá ter a ilusão de tê-lo criado. Neste sentido, um papel fundamental é desempenhado pelo meio, o de fomentar a experiência de ilusão.

No artigo *Objetos transicionais e fenômenos transicionais* (1971d), Winnicott discorre sobre este processo de construção criativa do sentido de realidade, em que o mundo é criado onipotentemente pelo bebê e não percebido como externo. Winnicott baseia-se na amamentação para elucidar esta inicial experiência criativa e originária da realidade. Para ele, a mãe suficientemente boa seria capaz de distinguir o momento em que o bebê necessita do seio, pondo-o a sua disposição: “a mãe coloca o seio real exatamente onde o bebê está pronto para criá-lo, e no momento exato”(1975[1971d]:26). Tal experiência possibilita ao bebê estabelecer uma primeira atividade criativa: a criação do seio. A repetição desta experiência, proporcionada pela mãe, permite ao bebê ter “a ilusão de que existe uma realidade externa correspondente à sua própria capacidade de criar. Em outras palavras, ocorre uma sobreposição entre o que a mãe supre e o que a criança poderia conceber” (1975[1971d]:27). Essa experiência de “controle mágico” da realidade, advinda da confiança que se desenvolve quando a mãe pode se desempenhar bem, é chamada de onipotência. Assim, o bebê vivencia essa relação com o seio materno – quando suficiente – como uma criação sua, uma vez que não apreende o meio como externo, mas como parte de si mesmo. Neste sentido, o seio estaria submetido ao seu próprio controle, sendo concebido de forma onipotente.

“A mãe, no começo, através de uma adaptação quase completa, propicia ao bebê a oportunidade para a ilusão de que o seio faz parte do bebê, de que está, por assim dizer, sob o controle mágico do bebê. O mesmo se pode dizer em função do cuidado infantil em geral, nos momentos tranquilos entre as excitações. A onipotência é quase um fato da experiência.” (Winnicott,1975[1971d]: 26)

Em suma, a mãe suficientemente boa seria capaz de prover à criança oportunidades para a ilusão de haver criado o que, de fato, existe na realidade externa. Esta experiência é repetida inúmeras vezes, possibilitando que se desenvolva no bebê um fenômeno subjetivo, fenômeno este que pode ser representado pela expressão “seio da mãe” (1975[1971d]:26). Agora o seio faz parte do mundo interno do bebê, porém, simultaneamente, sabemos que faz parte da realidade externa. Como dito, este paradoxo faz ressaltar a importância do meio, uma vez que tal experiência pressupõe a presença e a participação reais do ambiente. O meio é, portanto, crucial para a experiência criativa.

Em *A ilusão e o uso criativo dos objetos*, Lins(1998) também destaca a importância conferida por Winnicott à mãe real na gênese do processo de construção do mundo interno do bebê. Ressalta que, para Winnicott, é necessário que a mãe apresente-se enquanto realidade, concretude, para que o bebê possa construir e manter viva sua imago em seu mundo interno. Ou seja, o que sustenta a representação mental da mãe é a experiência de seus cuidados contínuos. Se estes cuidados não forem suficientemente bons, a imago se esmaece e o bebê sofre uma ruptura em seu sentimento de continuidade existencial, o que levaria a angústias impensáveis. Neste sentido, é preciso a presença real da mãe para que se sustente, no mundo interno do bebê, sua representação interna (Winnicott,1975[1967]). Nas palavras de Winnicott: “esse objeto interno depende, quanto a suas qualidades, da existência, vitalidade e comportamento do objeto externo” (1975[1971d]:24). Assim, a mãe, enquanto objeto interno, só sobrevive mediante sua existência concreta e objetiva na experiência do bebê.

O conceito de criatividade primária relaciona-se, então, ao ingresso criativo do indivíduo na vida, à primeira abordagem criativa da realidade externa – embora esta não seja ainda assim percebida pelo sujeito. Diz respeito à origem ilusória do relacionamento entre sujeito e o mundo. Winnicott enfatiza a importância desta experiência de criatividade primária como solo que possibilita o viver criativo. É a partir desta ilusão fundamental que um primeiro vínculo criativo com a realidade pode se estabelecer, ou melhor, é esta experiência infantil de criar o mundo o alicerce para uma vida criativa (1999[1970]:24).

Copit (1996) chama a atenção para o fato de que não são os objetos que são fontes de ilusão para Winnicott, mas sim a ilusão é que é a fonte dos objetos. Isto bem resume este aspecto central da teoria winnicottiana sobre a criatividade: é a partir de uma experiência ilusória que a realidade se constitui para o sujeito, ou seja, aqui a ilusão criativa é primária, e não defensiva ou secundária a uma realidade percebida como externa ou ameaçadora.

Assim, através da criatividade primária o bebê tem a possibilidade de construir a ilusão onipotente de criar e controlar o mundo, sendo esta uma primeira forma de vínculo com a realidade. Aqui, o bebê não se vê dependente deste mundo que lhe é externo e que, por isso mesmo, foge ao seu controle, ao contrário, a ilusão criativa lhe permite sentir o mundo como uma verdadeira extensão sua, ou melhor, como fazendo parte de si mesmo. Vemos, assim, que o

momento da criatividade primária não só coincide com o momento da indiferenciação eu-não-eu, mas lhe é fundamental, já que é a ilusão que dilui as fronteiras entre os mundos interno e externo, em que sujeito e objeto se confundem. Deste modo, não se trata ainda de uma relação de objeto – tal como descrita por Freud –, mas de uma experiência subjetiva de criar e controlar o objeto. Winnicott denomina este primeiro objeto de objeto subjetivo, ou seja, uma relação que se dá com um objeto que, para o bebê, é concebido por ele e não percebido como externo. Com isto, ele sugere que a princípio não há distinção entre sujeito e objeto, mãe e bebê: neste início, o objeto é o sujeito (1975[1959-64]:113). Deste modo, o objeto subjetivo encontra-se sob o controle onipotente, uma vez que é uma criação do bebê.

Winnicott denominou de elemento feminino puro tal forma de relacionamento fusional mãe-bebê que antecede a externalidade e a possibilidade de se fazer uso do objeto enquanto diferenciado. Neste momento, para o bebê não existe nada além dele, sendo a própria experiência subjetiva que ele tem do meio o que, neste início, lhe confere o sentimento de continuidade de ser. Como dito anteriormente, este é um ponto importante de sua teoria, pois Winnicott (1959-64) estabelece que o sentimento de ser não só precede o sentimento de self, mas constitui-se como seu fundamento. Assim, para Winnicott, antes que se possa estabelecer uma diferença entre o eu e o não-eu – um sentimento de self que é próprio – é necessário o sentimento de ser, ou melhor, ser-um-com, proveniente da relação fusional de não-integração.

“O termo objeto subjetivo foi utilizado para descrever o primeiro objeto, o objeto ainda não repudiado como um fenômeno não-eu. Aqui, nesse relacionamento do elemento feminino puro com o ‘seio’, encontra-se uma aplicação prática da idéia de objeto subjetivo, e a experiência a esse respeito abre caminho para o sujeito objetivo, isto é, a idéia de um eu (self) e a sensação de real que se origina do sentimento de possuir uma identidade”. (Winnicott, 1975[1959-64]:114)

Em síntese, é a capacidade criativa que propicia ao bebê essa primeira ilusão de criar o seio. Tendo em vista que este é um momento de indistinção entre o bebê e o mundo externo, pode-se dizer que se trata de um fenômeno subjetivo, uma vez que o bebê concebe o objeto ainda de forma onipotente.

Como vimos, após ter a experiência de indistinção e ilusão primária, o bebê necessita continuar seu percurso maturacional rumo à independência e, portanto, a separação torna-se uma necessidade cada vez mais pungente. Sendo assim, paulatinamente, a mãe passa a diminuir o grau de adaptação ao bebê, introduzindo a concepção de que há uma realidade externa à ele, de que o mundo não está sob seu controle onipotente. Com isto, inicia-se um complexo processo de desilusão, em que a ilusão onipotente começa a dar lugar à aceitação da realidade enquanto externa, diferenciada.

Em suma, a partir de uma primeira experiência de onipotência o bebê tem a ilusão de “ser Deus”. Em contrapartida, a mãe passa gradativamente a desiludi-lo, ao emergir do estado de preocupação materna primária, desadaptando-se e instaurando a falha. Portanto, vale ressaltar, a falha é essencial para o desencadeamento de um desenvolvimento saudável, onde possa haver lugar para a frustração e “para o desenvolvimento da capacidade do bebê de experimentar uma relação com a realidade externa ou mesmo formar uma concepção dessa realidade” (1975[1971d]:26). Deste modo, essa gradativa experiência de desilusão implica num maior contato do bebê com a realidade, e no início de uma percepção objetiva do objeto.

“Dessa forma, em função de seu alto grau de adaptação durante esses tempos iniciais, essa mãe capacita o bebê a experimentar a onipotência: a encontrar realmente aquilo que ele cria e a criar e vincular isso com o que é real. O resultado prático disso é que cada bebê começa com uma nova criação do mundo. (...) É a partir daí que se pode ir introduzindo, gradualmente, o princípio de realidade, e a criança que conheceu a onipotência experimenta as limitações que o mundo impõe.” (Winnicott, 1999[1970]:34).

É importante aqui que uma ressalva seja feita; caso a desilusão ocorra precocemente, isto é, antes que o bebê esteja preparado para reconhecer este fato, provavelmente tal situação o conduzirá a uma experiência traumática. Em virtude disto, de modo a evitar uma primitiva experiência traumática, a mãe que é suficientemente boa deve corrigir a falha de imediato, assegurando ao bebê o sentimento de segurança e de ser amado. Caso contrário, se a falha não for reparada a tempo, então a criança poderá sofrer a experiência traumática de privação, que conduz a ansiedades impensáveis (1975[1971e]:135).

Sendo assim, de acordo com Winnicott, tanto a ilusão como a desilusão, devidamente experienciadas, são fundamentais ao processo maturacional. Através da experiência de ilusão a criança desenvolve a crença no mundo, acreditando que nele ela pode encontrar aquilo de que necessita. Já a desilusão – que ocorre de acordo com a capacidade do bebê em tolerar o fracasso da mãe –, abre espaço para as experiências de frustração, em que se começa a formar alguma percepção da realidade, sem que ela seja percebida como uma ameaça.

“Se tudo ocorre bem nesse processo gradativo de desilusão, o palco está pronto para as frustrações que reunimos sobre a palavra desmame; deve-se lembrar, porém, que quando falamos sobre os fenômenos que se reúnem em torno do desmame, estamos pressupondo o processo subjacente, o processo através do qual é propiciada a oportunidade para a ilusão e a desilusão gradativa.” (Winnicott, 1975[1971d]:29)

Nota-se que um papel fundamental é desempenhado pela mãe desde o início. A base para o desenvolvimento emocional é o sentimento de confiança que a mãe provê através de seus cuidados contínuos. Nesta base de confiança, advinda da experiência, a dependência gradativamente vai diminuindo e torna-se possível a separação do não-eu a partir do eu (1975[1971c]:151). Inicia-se assim o processo de personalização em que a criança pode apropriar-se de seu corpo e desenvolver a noção de um self próprio e de uma realidade que lhe é externa. Começa uma nova forma de relacionamento entre o bebê e o ambiente que pressupõe uma separação.

Winnicott denominou de elemento masculino puro esta relação sujeito-objeto que pressupõe uma separação, sendo relativa à tomada de consciência do objeto: “o bebê concede ao objeto a qualidade de ser não-eu, ou separado, e experimenta satisfações do id que incluem a raiva, relativa à frustração” (1975[1959-64]:115). Sendo que a satisfação dos impulsos ajuda a conduzir à separação do objeto. Deste modo, enquanto o elemento feminino situa-se na simbiose mãe-bebê e relaciona-se ao sentimento de ser, o elemento masculino diz respeito ao fazer e à objetivação do objeto.

Assim, a criatividade tem por base o elemento feminino, ou seja, o sentimento de ser, o relaxamento e a espontaneidade que daí derivam, porém, para que a criatividade seja experienciada, isto é, para que haja uma ação capaz de criar

no mundo, é necessária alguma diferenciação sujeito-objeto, típica do elemento masculino. Nas palavras de Winnicott, “o viver criativo está associado à união dos elementos masculino e feminino, à capacidade de ser e fazer, sendo necessário que surjam nessa seqüência” (Abram,2000:94). Assim entendido, o sentimento de ser antecede e possibilita a ação criativa no mundo. Deste modo, tais elementos se mesclam num percurso que culmina com a objetivação do objeto, ou melhor, com a possibilidade de se fazer um uso criativo da realidade.

Aqui Winnicott introduz o conceito de espaço potencial (ou área intermediária), situado justamente neste período de transição entre a criatividade primária e a percepção objetiva da realidade, entre o subjetivamente concebido e o objetivamente percebido. Para ele, a mãe, que de início é um objeto subjetivo, precisa passar por este processo de transição, que se dá no espaço potencial, para tornar-se um objeto externo. No espaço potencial, o objeto não é nem subjetivo, nem objetivo, este é justamente um espaço de transição entre uma e outra forma de experienciar o objeto. A característica central deste espaço é esta permeabilidade entre a realidade interna, pessoal, e a externa, compartilhada, sendo o lugar da criatividade por excelência. Ou seja, as experiências nesta área remetem, simultaneamente, à união e à separação, ao que é da ordem do subjetivo e da ordem do objetivo.

Para Winnicott, a experiência criativa só se dá dentro de um contexto que seja suficientemente bom, o qual possibilita o sentimento de existência e a confiança necessária para a expressão criativa do self. Assim, caso o bebê tenha experimentado o sentimento de confiança, passa a preencher este espaço potencial criativamente.

“Onde há confiança e fidedignidade há também um espaço potencial, espaço que pode tornar-se uma área infinita de separação, e o bebê, a criança, o adolescente e o adulto podem preenchê-la criativamente com o brincar, que, com o tempo, se transforma na fruição da herança cultural” (Winnicott,1975[1971c]:150)

Segundo Winnicott, a formação dessa área intermediária ocorre no momento em que o bebê abandona o estágio de dependência absoluta e começa a ingressar no estágio em que é relativamente dependente do ambiente – onde se dá o início da distinção entre o bebê e sua mãe. Neste estado de transição, a criança passa a fazer uso da experiência de ilusão de forma a elaborar o sentimento de

ameaça de separação da mãe, o que a auxilia no processo de construção do sentido de realidade, ou seja, ela começa a utilizar-se do que o autor chamou de fenômenos e objetos transicionais: a ilusão ganha forma e os objetos ganham a possibilidade de serem utilizados como símbolos. Assim, os objetos e fenômenos transicionais têm como principal finalidade interligar a “realidade subjetiva” e a “compartilhada”, auxiliando na passagem do que é onipotentemente concebido à percepção objetiva da realidade.

“A área intermediária a que me refiro é a área que é concedida ao bebê, entre a criatividade primária e a percepção objetiva baseada no teste de realidade. Os fenômenos transicionais representam os primeiros estádios do uso da ilusão, sem os quais não existe, para o ser humano, significado na idéia de uma relação com um objeto que é por outros percebido como externo a esse ser” (Winnicott,1975[1971d]: 26)

Winnicott situa, portanto, o espaço potencial no final da fase em que o sujeito está fundido ao objeto, controlando-o onipotentemente, e no início do repúdio do objeto como não-eu. O espaço potencial inaugura, digamos assim, uma nova forma de conceber o objeto, nele “[o objeto] é oriundo do exterior, segundo nosso ponto de vista, mas não o é segundo o ponto de vista do bebê. Tampouco provém de dentro; não é uma alucinação” (Winnicott,1975[1971d]:18). Há um paradoxo aqui, a medida em que o objeto passa a representar para o bebê, ao mesmo tempo, união e separação.

Assim sendo, os objetos e fenômenos transicionais ocupam essa área intermediária que compreende tanto o mundo interno pessoal do indivíduo, quanto a realidade, entendida aqui como exterioridade: “o objeto transicional jamais está sob controle mágico, como o objeto interno, nem tão pouco fora de controle, como a mãe real” (1975[1971d]:24). Diferentemente do objeto subjetivo, que é onipotentemente criado, o objeto transicional corresponde a um segundo momento da criatividade, em que o objeto é e não é uma criação do bebê. Deste modo, estabelecido o espaço potencial, a criança passa a usar criativamente também o objeto que está presente no mundo externo, no mundo compartilhado.

Baseado em Winnicott, Luz (1998) salienta que nesta área as qualidades do objeto começam a ser percebidas e levadas em conta, e que, portanto, a atividade criativa pode prescindir do inicial controle onipotente sobre o objeto

(Luz,1998:162). Dito de outro modo, o objeto ganha certa externalidade e, por isto mesmo, não está mais sob controle onipotente, como o objeto subjetivo.

Em suma, neste período de transição, começa a ser possível ao bebê fazer uso da realidade, a ter certa percepção de sua exterioridade, colorindo-a criativamente. Neste sentido, é a criatividade que possibilita uma ponte para o mundo que começa a ser objetivamente percebido; é ela que auxilia o bebê neste processo de construção do sentido de realidade e de criação de um mundo interno integrado.

Assim, a partir do espaço potencial a experiência de continuidade, onde sujeito e objeto se equivalem, dá lugar à de contiguidade, na qual o objeto não está mais sob o controle onipotente e começa a adquirir certa autonomia. Para se ser uma pessoa separada, com o sentimento de existir, tendo um dentro e um fora, é necessária a vivência de não-separação própria do espaço potencial. Vale lembrar que este paradoxo deve ser tolerado, ou seja, é justamente esta ausência de fronteiras nítidas entre o mundo interno e o externo, que permite ao sujeito entrar no princípio de realidade. Em outras palavras, são as experiências nesta área que geram a realidade, interior e exterior: é a vivência de não-separação o que conduz à separação.

Vale lembrar, entretanto, que o espaço potencial não conduz à separação, no sentido de ser o sujeito independente do objeto, mas a uma inter-relação entre o sujeito e o objeto, em que o objeto pode servir, ou melhor, ser usado criativamente pelo sujeito. Em outras palavras, o espaço potencial abre espaço ao viver criativo, permitindo que haja, simultaneamente, uma experiência de união e separação: união porque nele o objeto simboliza algo do mundo interno do sujeito, e separação porque se trata de um objeto real, e não imaginário. Como já dito, a experiência criativa de intercâmbio entre o sujeito e o mundo é extremamente necessária ao viver, faz parte da saúde.

“A confiança do bebê na fidedignidade da mãe e, portanto, na de outras pessoas e coisas, torna possível a separação do não-eu a partir do eu. Ao mesmo tempo, contudo, pode-se dizer que a separação é evitada pelo preenchimento do espaço potencial com o brincar criativo, com o uso de símbolos e com tudo o que acaba por se somar a uma vida cultural.” (Winnicott,1975[1971c]:151).

Neste sentido, o conceito de espaço potencial abrange não só o momento em que se começa um processo de distinção entre o eu e o não-eu, entre a realidade interna e a externa, mas se estende por toda a vida. No início este espaço é preenchido pelos objetos e fenômenos transicionais, que evoluem para o brincar, e do brincar para as experiências culturais (1975[1971a]:76). Esta evolução diz respeito à possibilidade do sujeito fazer um uso continuamente criativo da realidade.

No artigo *Uma teoria do brincar*, Lins (1998) ressalta este como o principal aspecto do espaço potencial, a saber, o de possibilitar a continuidade da fruição da capacidade criativa (1998:47). Demonstra que neste espaço o objeto, que fora concebido subjetivamente num primeiro momento, é repudiado, ou melhor, não é mais uma criação onipotente da criança. Assim, a criança pode prescindir do controle onipotente do objeto, pode percebê-lo como diferenciado, e, então, brincar. Neste sentido, o brincar seria, digamos assim, um segundo momento da experiência criativa, momento este em que a criatividade atinge sua plenitude, podendo prescindir da onipotência, passando a utilizar objetos do mundo, que começam a ser percebidos como não-eu.

“No início, o objeto é concebido onipotentemente e não percebido como uma realidade de fato, uma exterioridade. O brincar ainda não existe. Em seguida, o objeto é repudiado, isto é, destruído na fantasia onipotente. Se sobrevive à destruição, ele é aceito novamente e então objetivamente percebido. É então que a criança começa, de fato, a brincar. Depois, ela brinca na presença da mãe, que deve estar disponível nesse momento. Em um terceiro tempo, a criança está pronta a admitir a sobreposição de duas áreas de jogo: a brincadeira da mãe e sua própria brincadeira.” (Lins,1998:47-48).

Observe-se que Lins chama a atenção para o fato de que o brincar só é possível quando o objeto ganha externalidade, sendo a possibilidade de brincar uma aquisição necessária ao processo de desenvolvimento emocional do sujeito. Deste modo, o brincar faz parte do processo maturacional, que só ocorre mediante um necessário sentimento de confiança no meio.

Em *O brincar e a realidade* (1975) Winnicott enfatiza que a capacidade de brincar é indicativa de saúde. Para ele, o brincar permite ao sujeito entrar em contato com o princípio de realidade sem prescindir de sua espontaneidade, ao

contrário, a originalidade criativa é parte integrante do brincar. O brincar possibilita ao sujeito dotar a realidade de um colorido pessoal, o que ajuda a circunscrever os limites do eu. Através do brincar, as realidades interna e externa se sobrepõem, cria-se uma área de experiência que permite a troca e a transformação. O brincar é, assim, uma ampliação da idéia de fenômenos e objetos transicionais, e não se esgota na infância, ao contrário, abarca toda a vida e o que Winnicott denomina de experiência cultural.

Ao localizar a experiência cultural em continuidade ao brincar, Winnicott demonstra que a cultura não é algo externo que é imposto ao sujeito e que, por isso mesmo, é sentido como invasivo ou traumático. Ao contrário, para ele a cultura, no início apresentada (e representada) pela mãe deve ser o que vai de encontro às necessidades do bebê, fazendo-lhe acreditar que a vida vale à pena. Além do mais, Winnicott situa a cultura no espaço potencial, “área de experimentação, para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a vida externa” (1975[1971d]:15), portanto não é algo rígido, mas flexível e passível de transformação. Como diz Khan, Winnicott “aceitava a realidade como uma aliada do processo de maturação” (2000:41), e não como algo a que o sujeito teria, prioritariamente, que defender-se.

Assim, ao falar em experiência cultural, Winnicott parece enfatizar que ao mesmo tempo em que a cultura é transmitida desde fora, e, portanto, precede a existência do sujeito, ela pode ser experienciada de forma criativa, ou seja, pode ganhar um significado próprio e um colorido original. Desse modo, a cultura não é algo a que o sujeito deva se subordinar, nem tão pouco algo da ordem da onipotência própria à fantasia. Nas palavras de Winnicott: “A integração entre a originalidade e a aceitação da tradição como base para a inventividade parece-me apenas mais um exemplo, e um exemplo emocionante, da ação recíproca entre separação e união” (1975[1971e]:138). Por isso mesmo Winnicott fala em experiência cultural, e não em cultura, frisando que é através da experiência que sujeito e cultura constituem-se, mutualmente.

“Empreguei o termo ‘experiência cultural’ como uma ampliação da idéia dos fenômenos transicionais e da brincadeira, sem estar certo de poder definir a palavra ‘cultura’. A ênfase, na verdade, recai na experiência. Utilizando a palavra ‘cultura’, estou pensando na tradição herdada. Estou pensando em algo que pertence ao fundo comum da humanidade, para o

qual indivíduos e grupos podem contribuir, e do qual todos nós podemos fruir, *se tivermos um lugar para guardar o que encontramos.*” (Winnicott,1975[1971e]:137-38).

O termo experiência remete a ação, uma inscrição subjetiva que se faz no mundo e com o mundo. Desse modo, a experiência fala de uma íntima interação entre dois elementos, não sendo possível fazer uma distinção clara do que é de um ou de outro, posto que ambos se influenciam e alteram mutuamente. Por isto o espaço potencial é o espaço da experiência criativa, por ser um lugar em que o mundo interno e o externo se confundem, em que o real alicerça a criação e, paradoxalmente, a criação funda a realidade.

Com isto, podemos dizer que a base para a constituição subjetiva, a construção das realidades interna e externa, está, justamente, nesta área extremamente variável que é a área da experiência. Esta nos parece ser a questão da criatividade por excelência, ou seja, é a criatividade que possibilita ao sujeito tanto modificar-se e enriquecer-se na relação com o ambiente, como também modifica-lo, numa dialética construtiva.

2.3.

A criatividade enquanto percurso de construção do objeto

Para Winnicott, a criatividade refere-se à procura (e encontro) do objeto, à característica humana de engajar-se e tirar proveito das experiências do viver. Neste sentido, a criatividade permeia desde as relações mais primitivas entre o bebê e o mundo, em que o objeto é subjetivamente concebido, até as relações mais complexas, em que o mundo pode ser percebido e usado em sua alteridade. Vale lembrar que é a adequação do ambiente suficientemente bom que possibilita tal percurso, ao fornecer ao bebê um encontro criativo com os objetos.

“O processo maturacional impulsiona o bebê a relacionar-se com objetos; no entanto, isso só pode ocorrer efetivamente quando o mundo é apresentado ao bebê de modo satisfatório. A mãe que consegue funcionar como um agente adaptativo, apresenta o mundo de forma a que o bebê comece com um suprimento da *experiência de onipotência*, que constitui o alicerce apropriado para que ele, depois, entre em acordo com o princípio de realidade.” (Winnicott,1999[1967a]:13)

Isto também evidencia que o objeto do qual Winnicott fala não é apenas o que satisfaz pulsionalmente o bebê, mas que, antes disso, precisa estabelecer-se enquanto tal, passando de um estado de ser um fenômeno subjetivo para o bebê, à possibilidade de ser reconhecido em sua alteridade – o que o faz objeto das pulsões. Assim, mais do que servir de alvo para as gratificações pulsionais, o objeto alicerça o desenvolvimento egóico e a própria construção do mundo interno do bebê. O interesse de Winnicott reside, justamente, neste percurso que culmina na possibilidade do bebê usar os objetos de modo a poder investi-los pulsionalmente, isto é, no percurso que leva à integração do self.

Em *Os objetos e seus espaços*, Lins (1998) salienta que, na teoria winnicottiana, as diferentes formas de relação entre sujeito e objeto se dão em espaços psíquicos distintos¹. Identifica três principais formas de relacionamento sujeito-objeto, correlacionadas a três áreas de experiência.

A primeira diz respeito à relação do bebê com os objetos subjetivos, que se passa no espaço da indiferenciação. Neste caso, o objeto é fruto da criação onipotente do bebê, caso encontre no meio o suporte adequado. Este tipo de relação leva ao sentimento de continuidade de ser, que será a base para a constituição do self. Aqui não há percepção da realidade e, assim, tanto uma mãe faltosa como uma mãe excessivamente presente seriam invasivas ao bebê, levando-o à angústia de aniquilação.

O segundo diz respeito à relação com os objetos transicionais, que se dá no espaço potencial. Esta é uma zona intermediária em que é possível ao indivíduo manter, ao mesmo tempo, ligadas e separadas as realidades interna e externa. Neste, a onipotência, paulatinamente, dá lugar à criatividade através da relação com os objetos transicionais, que “asseguram a riqueza da vida imaginativa do sujeito e sua adaptação à realidade”. Ou seja, os objetos transicionais permitem ao indivíduo manter, concomitantemente, a comunicação com os objetos subjetivos e com os objetos que começam a ser percebidos como

¹ Ao falar em diferentes formas de relação e espaços psíquicos, a nosso ver, Lins ajuda a pensar que a teoria winnicottiana trata de um processo de complexificação do psiquismo, em que se somam novas maneiras e espaços de trânsito subjetivo. Vale citar Winnicott: “as pessoas não têm exatamente sua idade; em alguma medida elas têm todas as idades ou nenhuma” (Winnicott,1999[1960c]:70-71). Neste sentido, as necessidades e formas de relação dos indivíduos variam de acordo com suas experiências e momentos de vida.

externos, sendo “definidos, ao mesmo tempo, pela subjetividade e pela objetividade.” (1998:5).

O terceiro tipo de relação seria aquela que se dá com os objetos do mundo compartilhado, que se situam no espaço da exterioridade. A mãe torna-se objeto de investimento pulsional, e já pode abrir mão de sua função inicial de ego auxiliar. Nota-se que Lins utilizou a expressão “objetos do mundo compartilhado”, e não “objetos externos”, e explica o porquê:

“ O *mundo compartilhado* é o espaço da exterioridade onde a dívida é reconhecida e o princípio de realidade se faz mais exigente. (...) Os objetos são, aí, percebidos como Não-Eu, embora essa percepção traga, em cada indivíduo, a marca da subjetividade; por isso mesmo, eles não são chamados de externos, mas de *objetos do mundo compartilhado*.” (Lins,1998:6)

Aproveitando este comentário da autora, gostaríamos de fazer uma ressalva. Quando Winnicott fala em objeto objetivamente percebido, como bem nos disse Lins, ele não está postulando um estágio em que o objeto é, digamos assim, pura percepção, ou em que é possível ao sujeito apreendê-lo em sua natureza e totalidade. Sabemos que a realidade é sempre filtrada pelo sujeito, não sendo possível chegar à realidade em si. Assim, os termos objetivo e subjetivo são utilizados levando em conta esta impossibilidade de se dissociar o sujeito do mundo, e vice-versa. Vale citar mais uma vez Lins: “o mais subjetivo dos objetos depende, quanto a sua gênese, do que está fora, mesmo se o exterior não é percebido como tal, enquanto o mais objetivo dos objetos traz a marca da subjetividade” (Lins,1998:6-7). Feita esta ressalva, voltemos à questão dos objetos.

Klautau (2002) também discorre sobre o percurso do objeto na teoria winnicottiana. Coloca que “na concepção winnicottiana os termos self e objeto possuem uma evolução simultânea” (Klautau,2002:34), ou seja, considera que, em Winnicott, o percurso que conduz da dependência absoluta rumo à independência é simultâneo ao que conduz do objeto subjetivo ao uso de um objeto. Klautau sintetiza da seguinte forma tal simetria no processo de constituição do self e do objeto: o objeto subjetivo é referente ao estado primário de indiferenciação eu-não-eu; o objeto transicional relaciona-se ao momento de emergência da subjetividade; e, por fim, a possibilidade de usar um objeto diz respeito à primeira

vivência de identidade. Deste modo, tal como Lins, Klautau demonstra que são três os momentos cruciais, assinalados por Winnicott, que compõem o percurso do objeto: o momento do objeto subjetivo, o do objeto transicional e o do uso do objeto.

Complementando as análises de Lins e Klautau, podemos dizer que este processo, que abrange do relacionamento ao uso do objeto, é propiciado pela criatividade. É ela que possibilita que a realidade seja experienciada pelo sujeito e ganhe um colorido particular, levando ao fortalecimento do self e à externalidade dos objetos. Neste sentido, tal processo se inicia com a criação do objeto subjetivo, que resulta da ilusão onipotente, passa pela relação com os objetos transicionais, em que a criatividade já pode prescindir da onipotência e ser plenamente experienciada, e culmina na possibilidade de se fazer um uso potencialmente criativo dos objetos externos, presentes no mundo compartilhado. Assim, é a criatividade que permite ao sujeito entrar em contato com a realidade, ao mesmo tempo em que firma sua singularidade. Mesmo com o passar do tempo, com a objetividade sendo conquistada, a capacidade criativa permanece e, Winnicott salienta, não há nada que não possa ser feito criativamente.

“A criatividade que estamos estudando relaciona-se com a abordagem do indivíduo à realidade externa. Supondo-se uma capacidade cerebral razoável, inteligência suficiente para capacitar o indivíduo a tornar-se uma pessoa ativa e a tomar parte na vida da comunidade, tudo o que acontece é criativo, exceto na medida em que o indivíduo é doente, ou foi prejudicado por fatores ambientais que sufocaram seus processos criativos.” (Winnicott, 1975[1959-64]:98-99)

No artigo *O uso de um objeto e relacionamento através de identificações* (1969), Winnicott analisa a forma pela qual se dá a passagem do relacionamento de objeto ao uso do objeto. Nele Winnicott explicita a diferença que faz entre estas duas formas de vínculo com o objeto: por um lado, o relacionamento de objeto diz respeito à fase mais primitiva, em que o objeto é subjetivamente percebido e está sob o controle onipotente; por outro lado, o uso do objeto refere-se à instauração do princípio de realidade, ao sentido de externalidade do objeto, quando o objeto é objetivamente percebido.

Winnicott postula a agressividade, e a resposta adequada do meio a ela, como vitais neste processo. Coloca que a passagem do relacionar-se com objetos

ao uso de objetos está subordinada, principalmente, à sobrevivência do objeto aos ataques destrutivos advindos da agressividade do bebê. Com isto ele positiviza o valor da destrutividade, contrapondo-a à destruição como reativa à instauração do princípio de realidade – como, de acordo com ele, geralmente a destrutividade é entendida. Para Winnicott, é a agressividade o que conduz à externalidade. Deste modo, para entendermos este processo que pode levar ao uso criativo dos objetos, é preciso compreender esta fundamental função da agressividade.

“Entende-se, geralmente, que o princípio de realidade envolve o indivíduo em raiva e destruição reativa, mas minha tese é a de que a destruição desempenha um papel na criação da realidade, colocando o objeto fora do eu (self).” (Winnicott,1975[1969]:127)

Para ele, no início do processo maturacional do bebê, a agressividade não é intencional, relaciona-se à motilidade. Há um percurso para que a agressividade potencial possa transformar-se em agressividade real, enquanto comportamento de propósito destrutivo, que se dá com um outro diferenciado. Neste sentido, a agressividade não é entendida como reação à frustração, como um processo defensivo, mas como fruto de um movimento espontâneo. Winnicott denomina este de estágio do pré-concernimento, ou seja, “a pessoa tem propósitos, mas não tem ainda concernimento quanto aos resultados” (2000[1950]:290). Neste momento de não integração não há intenção destrutiva, uma vez que não há sequer distinção sujeito-objeto, aqui a agressão faz parte do impulso de amor primitivo.

“Antes da integração da personalidade, já lá está a agressividade. O bebê dá pontapés dentro do útero: não se pode dizer que ele esteja abrindo o caminho para fora a pontapés. Um bebê de poucas semanas agita os braços: não se pode dizer que ele esteja querendo golpear. O bebê mastiga os mamilos com suas gengivas: não se pode dizer que ele esteja pretendendo destruir ou machucar.” (Winnicott,2000[1950]:289)

Lins (2005) chama a atenção para o fato de que, para Winnicott, a agressividade, enquanto intenção destrutiva, não é inata, já que no início não há, ainda, o reconhecimento do outro enquanto alteridade, e ressalta que a agressividade tem duas raízes: o impulso amoroso primário e a motilidade. No impulso amoroso primário o bebê vive a experiência de devoração, experiência

esta proveniente da satisfação do impulso, e não de uma intenção destrutiva em relação ao objeto. Neste caso, o amor voraz só é agressivo por acaso. A outra raiz da agressividade, a motilidade, diz respeito ao gesto espontâneo, uma das manifestações do potencial de força vital, e caracteriza-se, justamente, por ser uma ação livre de finalidade específica. Lins salienta que, de acordo com Winnicott, o bebê precisa que a mãe acolha seu potencial agressivo, isto é, que lhe permita experienciar sua motilidade e impulso amoroso primário. Isto porque, ao acolher os gestos espontâneos e o amor voraz do bebê, a mãe lhe permite manter uma boa imagem interna do objeto, proporcionando-lhe a base necessária para que ele possa atingir o estágio do concernimento, em que passa a preocupar e responsabilizar-se por seus atos (Lins,2005:54).

Entretanto, se a mãe toma os gestos espontâneos do bebê como dotados de intencionalidade agressiva e muda sua forma de lidar com ele, ela não sobrevive. Ou seja, ela impõe-se precocemente ao bebê como separada, de modo que ele tem a experiência de ter destruído a mãe na fantasia. Neste caso, a retaliação ao impulso agressivo do bebê poderá levá-lo a sofrer um embate traumático com a realidade, ou melhor, ele é precocemente desiludido, já que, ao retaliar, a mãe apresenta-se abruptamente como separada. Desta experiência traumática, surge no bebê um sentimento consciente de culpa, o que pode “levar à inibição do impulso agressivo pessoal, que faz parte da motilidade e do amor primário, ou à projeção da agressividade no mundo externo” (Lins,2005:53). Deste modo, a agressividade – que neste início é quase sinônimo de atividade – não pôde ser acolhida e transformada em atividade construtiva: “se a agressividade é perdida nesse estágio do desenvolvimento, ocorre também a perda de uma parte importante de amar, ou seja, de relacionar-se com objetos” (Winnicott,2000[1950]:291). Como dito, é a agressividade que irá conduzir o indivíduo ao devido processo de separação eu-não-eu, à externalidade do objeto, sendo para isto necessária a sobrevivência real do objeto ao não retaliar o impulso amoroso primário do bebê. Assim, a possibilidade de experienciar o impulso agressivo, e a resposta que este recebe do meio, é fundamental para o processo de subjetivação e para a possibilidade de se investir em objetos percebidos como separados, ou melhor, de se investir no mundo.

Note-se que um ambiente suficientemente bom é aquele que não retalia o impulso agressivo do bebê, mas que pode acolhê-lo, de modo que o bebê

experiencie e desenvolva tal impulso. Aqui, o acolher diz respeito à possibilidade da mãe suficientemente boa oferecer oposição aos gestos do bebê, sendo o que lhe possibilita descobrir o ambiente a partir de uma busca própria, que ganha significado com a experiência. Em outros termos, a oposição diz respeito à resistência do objeto: na medida em que o objeto resiste, ele possibilita ao sujeito descobrir o não-eu e, então, o eu.

Deste modo, através da expressão da agressividade do bebê e da possibilidade do meio servir como continente, vai se dando a integração do ego e a percepção da mãe enquanto entidade separada. Passa-se ao estágio do concernimento, em que o bebê começa a sentir-se responsável por seus atos, dotados agora de intencionalidade. Aqui entra em jogo a capacidade de sentir culpa, ou seja, do bebê sentir-se responsável pelos resultados que suas experiências instintivas podem ter causado ao objeto, que paulatinamente ganha externalidade. Porém, se a mãe tiver podido sobreviver ao amor cruel, o sentimento de culpa pode ser elaborado através da reparação, ou seja, a agressividade é transformada em construtividade. É isto o que entendemos quando Winnicott afirma que a agressividade é convertida em produção social:

“Na saúde é possível à criança dar conta da culpa, e com a ajuda de uma mãe viva e atenta (que incorpora um fator temporal) torna-se capaz de descobrir um anseio pessoal por construir e reparar. Assim, uma boa parte da agressividade transforma-se em funções sociais, e é desta forma que ela se manifesta. (...) *A atividade social não pode ser satisfatória* a não ser quando se baseia num sentimento de culpa *pessoal* a respeito da agressividade.” (Winnicott,2000[1950]:291)

Também é neste sentido que Winnicott afirma, logo no início de sua explanação, que “se a sociedade encontra-se em perigo, não é por causa da agressividade do homem, mas em consequência da repressão da agressividade pessoal nos indivíduos” (2000[1950]:288). Com isto, Winnicott afirma que a agressividade que pode ser contida, ou melhor, acolhida, de modo a se transformar em atividade construtiva, possibilita ao sujeito deparar-se com a realidade, perceber o mundo, usá-lo e, sobretudo, poder investir objetos reais (diferentes-de-mim).

No artigo *Agressão, culpa e reparação* (1960), Winnicott melhor explicita a articulação que faz entre esses três fenômenos: agressividade, culpa e reparação.

Diz que é pela possibilidade do sujeito aproximar-se do impulso destrutivo, isto é, experienciá-lo, que um sentimento de culpa poderá advir e, com isto, viabilizar alguma atividade construtiva reparatória. A culpa, assim entendida, é um sentimento potencial, não consciente, permanentemente anulado pela atividade construtiva. Winnicott enfatiza que idealmente é o sentimento de culpa, que tem por base a aceitação do impulso destrutivo, o que propicia a atividade construtiva. Ou seja, uma vez acolhida a destrutividade, o sujeito pode assumir a responsabilidade pessoal por seus impulsos, o que leva à capacidade de se preocupar e empreender um trabalho imaginativo construtivo, de reparação. Neste sentido, Winnicott (1960) aponta a agressividade como uma das raízes da atividade construtiva.

Para Winnicott, a destrutividade é inerente à relação com o objeto sentido como bom, ou seja, relaciona-se ao amor, e deve ser deste modo experimentada. A integração do ego pressupõe que a pessoa possa assumir responsabilidade por seus sentimentos e idéias, sendo a destrutividade uma base importante para a dinâmica das relações na vida. Negar os impulsos agressivos implica em imaturidade egóica e leva à significativa perda para o sujeito, uma vez que a destrutividade está intimamente relacionada à possibilidade de amar e tecer relações objetais, ou melhor, de usar os objetos.

Neste sentido, para Winnicott, um dos papéis determinantes da agressividade para o desenvolvimento emocional é o de operar a separação sujeito-objeto, o que é fundamental à experiência criativa. Em outras palavras, o impulso agressivo funciona como alicerce para a experiência criativa, uma vez que o objeto precisa ser posto fora do controle onipotente para que a criatividade se faça no mundo compartilhado, e não no espaço da indiferenciação e da pura onipotência. Desse modo, agressividade e criatividade fazem parte de um mesmo processo, onde o cerne da questão é o desenvolvimento emocional: o estabelecimento de um self autônomo e a possibilidade de usar os objetos criativamente.

Em suma, como bem ressaltou Klautau (2002), self e objeto evoluem e constituem-se simultaneamente, tendo os impulsos criativo e agressivo papéis determinantes neste processo, ao possibilitarem uma boa separação eu-não-eu, fazendo com que o objeto saia do âmbito onipotente, ganhe externalidade e possa, assim, ser criativamente usado, o que, segundo Winnicott, é sinal de saúde.

“O estudo desse problema envolve um enunciado do valor positivo da destrutividade. Esta, mais a sobrevivência do objeto à destruição, coloca este último fora da área de objetos criados pelos mecanismos psíquicos projetivos do sujeito. Dessa maneira, cria-se um mundo de realidade compartilhada que o sujeito pode usar e que pode retroalimentar a substância diferente-de-mim dentro do sujeito.” (Winnicott,1975[1969]:131)

Deste modo, para Winnicott, a criatividade possibilita um desenvolvimento emocional saudável, participando de todo o processo de maturação. Processo este que, como vimos, se inicia com o relacionamento com o objeto, enquanto objeto subjetivo, passa pelo objeto transicional, em que ao mesmo tempo o objeto é subjetivo e objetivo, chegando à possibilidade de fazer uso do objeto, objeto objetivamente percebido.

A criatividade pode, assim, ser aqui finalmente entendida como o que possibilita ao sujeito entrar em contato com a realidade, a formar uma concepção desta realidade, e a investir em objetos reais. Em outras palavras, é ela que possibilita ao sujeito ir ao encontro da vida, investir os objetos do mundo e tirar proveito das experiências, abrindo mão da onipotência primária. Porém, vale frisar uma vez mais que é exatamente esta onipotência infantil, devidamente experienciada, que alicerça o viver criativo. Ou seja, através das experiências de ilusão onipotente, possibilitadas pelo ambiente suficientemente bom, a criança desenvolve uma relação de crença no mundo, uma vez que, em tais experiências, ela pôde sentir-se controlando e obtendo do mundo aquilo de que necessitava. Portanto, é através da ilusão onipotente que se inicia um bom relacionamento com o mundo, no qual ele é sentido como um aliado, e não como uma afronta, algo ameaçador ou traumático. Assim, é a ilusão onipotente da criança o que possibilita e alicerça o viver criativo.

“A criatividade é, portanto, a manutenção de algo que pertence à experiência infantil: a capacidade de criar o mundo. Para o bebê, isso não é difícil; se a mãe for capaz de se adaptar às necessidades do bebê, ele não vai perceber o fato de que o mundo estava lá antes que ele tivesse concebido ou concebesse o mundo.” (Winnicott,1999[1970]:24).

Sendo assim, paulatinamente, a criança pode abrir mão da onipotência e começar a viver criativamente com os objetos do mundo, sendo a realidade

percebida e aceita sem perda excessiva do impulso pessoal. Caso contrário, se a criança não começa a vida sentindo-se criadora do mundo, experienciará o mundo como algo invasivo e fora de controle. Em outras palavras, aqui é o ambiente que age sobre a criança, e não a criança que encontra o ambiente e cria sobre ele.

Portanto, é justamente esta força ilusória, criativa, o que possibilita ao sujeito a acreditar na vida, a relacionar a realidade interna e a externa, de modo que possa haver uma relação de troca e de enriquecimento entre o sujeito e o mundo. Se assim for, a vida ganha sentido, e torna-se uma área infinita de experimentação, transformação e enriquecimento. Segundo Winnicott, no viver criativo “tudo aquilo que fazemos fortalece o sentimento de que estamos vivos, de que somos nós mesmos” (1999[1970]:28). Trata-se da íntima relação entre enriquecimento pessoal, subjetivo, e as experiências de vida.

Enfatizemos, ainda, que a criatividade está subordinada às condições advindas do relacionamento precoce mãe-bebê, sendo este determinante no processo, já que pode facilitar ou não a fruição da criatividade primária: possibilitando o viver criativo e o fortalecimento do self, ou dificultando a expressão espontânea do self e instaurando um sentimento de irrealidade.

“Descobrimos que os indivíduos vivem criativamente e sentem que a vida merece ser vivida ou, então, que não podem viver criativamente e têm dúvidas sobre o valor do viver. Essa variável nos seres humanos está diretamente relacionada à qualidade e à quantidade das provisões ambientais no começo ou nas fases primitivas da experiência da vida de cada bebê” (Winnicott,1975[1959-64]:102-103)

Isto nos remete ao início deste trabalho, quando dissemos que Winnicott aproxima o viver criativo da saúde psíquica. Para ele é “somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (self)”(1975[1971a]:80), isto é, é a criatividade que permite ao sujeito ter uma existência sentida como própria e engajar-se verdadeiramente na vida. Sem a criatividade cria-se um hiato difícil de ser transposto entre os mundos interno e externo. Esta falta de articulação levaria ou ao retraimento do sujeito em seu próprio mundo, à exacerbação da onipotência, numa tentativa (frustrada) de perpetuar a criatividade e o controle, ou ao seu aprisionamento ao mundo tangível, ao qual teria que se submeter. Em ambos os casos, o sujeito deixaria de enriquecer-se pelas experiências genuínas de troca, que somente um intercâmbio criativo pode gerar e, então, a vida perde o sentido.

Diz Winnicott: “o sintoma de uma vida não-criativa é o sentimento de que nada tem significado, o sentimento de futilidade, de que nada importa” (1999[1970]:36). Com isto queremos destacar que, para Winnicott, é somente o viver criativo que confere ao indivíduo o sentimento de que a vida é real, significativa e válida.